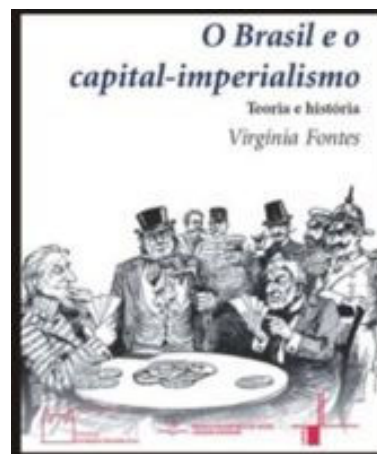


Resenha

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010

Imperialismo e capital-imperialismo

ANGELITA MATOS SOUZA*



O livro *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*, de Virgínia Fontes, tem tido boa repercussão no meio acadêmico à esquerda. Com razão, pois estamos diante de obra de fôlego, que revisita a história do capitalismo do imediato pós-guerra aos dias atuais, discutindo da perspectiva marxista as grandes transformações nos últimos sessenta anos com o objetivo de propor o conceito de capital-imperialismo.

A ideia central é a de que o imperialismo viria se transformando em capital imperialismo desde meados do século passado e se consolidado como tal ao final do século. Mudança determinada basicamente pelo patamar alcançado de concentração e centralização do capital, que teria avançado ao ponto das distinções intracapitalistas perderem centralidade – já que estão todos *pornograficamente* entrelaçados: capital financeiro, bancário, estritamente especulativo, industrial, comercial, de serviços.

A impressão final é a de que sob a égide do capital-imperialismo a classe capitalista poderia ser apreendida como um bloco de *rentistas*, não mais fundamentalmente a partir da condição de proprietários dos meios de produção. Ao menos foi o que identificamos como central à tese da dissolução do imperialismo no capital-imperialismo (ou

capitalismo monetário), pois ao tentar compreender as transformações do pós-guerra na sua totalidade a análise de Fontes acabou perdendo um pouco o foco.

Além disso, a ênfase à concentração, centralização e entrelaçamento intracapitalista (constante na história do imperialismo) obscurece a importância das transformações científico-tecnológicas que impulsionaram a entrada em cena de um padrão de acumulação novo na virada do século. Da mesma forma, a luta de classes que produziu os denominados *anos dourados* do capitalismo parece menos importante que a expansão imperialista, na medida em que a autora destaca mais continuidades que rupturas com a *era da globalização*.

Por sua vez, a fase da acumulação primitiva terminou na grande indústria, mesmo que o capitalismo não seja “domesticável” e formas de produção não capitalistas sobrevivam no interior de formações sociais capitalistas ou em processo de desenvolvimento ou nas regiões esquecidas do mundo. Não se trata aqui de diferenças pontuais, sem importância, a transformação da acumulação primitiva numa constante na história do capitalismo (ou pressupor seu *ressurgimento*), como faz Fontes, dificulta ainda mais a compreensão da transformação social a partir da

articulação entre luta política revolucionária & desenvolvimento das forças produtivas.

Para nós, o processo contínuo de concentração e centralização do capital nos quadros do próprio imperialismo (o que não requer nomenclatura nova) deu um salto graças à revolução no setor de telecomunicações/informatização ao final do século XX. Mesmo assim, distinções intracapitalistas seguem centrais à análise política, mormente em países periféricos como o Brasil, onde uma olhada nos jornais basta para identificar os conflitos de interesses que atravessam a cúpula do Estado – entre grande capital bancário e produtivo.

Já nos países desenvolvidos, a monopolização não avança sobre todos os setores da economia (as desproporções setoriais indicadas por Lênin), assim, além da competição entre os grandes grupos (cujos lucros ainda dependem em larga medida de atividades produtivas), o médio/pequeno capital sobrevive – ocupando uma posição complementar ao capital monopolista – e em geral conta com a simpatia e proteção governamental. Ademais, políticas visando geração de empregos/renda tendem a ser mais favoráveis à produção, quando para os grandes grupos financeiro-produtivos deve ser mais lucrativo o contrário. Enfim, as distinções seguem centrais à análise política e não por acaso o debate em meio à crise atual tem como eixo central as contradições entre acumulação financeira e “economia real”.

Quanto ao suposto imperialismo brasileiro, a transnacionalização crescente de empresas locais parece ser o elemento chave para fontes incluir o país ao rol do capital-imperialismo, embora em posição subalterna/dependente. No entanto, é pequena a participação do Brasil no comércio internacional e, cada

vez mais, como exportador de commodities; tampouco existe um capital financeiro no país (a distinção e disputas entre capital bancário e industrial permanece muito atual); e a maioria dos grandes grupos nacionais que comanda os investimentos diretos no estrangeiro atua, sobretudo, no setor primário, grupos ainda bastante especializados, a despeito do avanço da diversificação nos últimos anos.

Vale lembrar que, da perspectiva leninista (a da autora), economias capitalistas do centro se tornaram imperialistas ao alcançarem um patamar de desenvolvimento muito elevado, que podemos identificar à existência do capital financeiro, poder militar, moeda forte, domínio do processo de inovação científico-ideológico, capacidade de determinar os rumos da economia mundial. Nenhuma destas condições diz respeito ao Brasil.

No plano interno, a tese do *entrelaçamento pornográfico* é animada pela presença dos fundos de pensão de estatais entre os proprietários de grandes empresas nacionais. Mas concebê-los como classe dominante implica numa visão simplificadora da relação Estado-capital. Análises nesta direção – da centralidade do *entrelaçamento* – permitem aproximações com a corrente do “capitalismo monopolista de Estado”, que na década de 70 denunciava a fusão entre Estado e grandes monopólios, perspectiva um tanto reducionista no campo da teoria de Estado.

De nossa parte, insistiríamos na compreensão do Estado como fator de coesão e *locus* de disputas entre forças dominantes heterogêneas, que, por uma série de razões, contempla por meio da política econômica interesses de forças não pertencentes à classe dominante, mas atuantes nos mercados financeiros (como entidades dos trabalhadores). Sendo mais

do que nunca qualquer redução dos Estados ao “comitê executivo” dos negócios da burguesia (financeira) equivocada.

É certo que nas últimas décadas, o domínio do capital financeiro internacional acentuou a interdependência entre Estados e mercados financeiros, restringindo ainda mais as possibilidades de políticas econômicas nacionais, especialmente dos Estados dependentes. Contudo, não se trata de mera instrumentalização dos Estados pelo capital financeiro ou da fusão entre Estados e capital monopolista, a complexidade da política e da autonomia estatal deve ser entendida nos quadros do desenvolvimento do imperialismo conforme Lênin, no qual o padrão de acumulação engendrado pelo desenvolvimento das forças produtivas reforça o movimento contínuo de transformação das características fundamentais do capitalismo na sua antítese.

Desta perspectiva, se capitalismo quer dizer trabalho assalariado, claramente é a negação da centralidade do trabalho no processo de acumulação que está em questão, como a análise de Fontes nos ajuda a compreender, mas destacamos implicações da sua análise (talvez um tanto “economicista”) à compreensão do Estado. Atualmente, a manutenção de empregos e renda parece importar mais aos Estados/governos – e, claro, aos cidadãos comuns – que à acumulação capitalista, como nunca articulada à esfera estatal, dirigida por governos que

precisam tanto dos votos populares como dos recursos do grande capital a fim de bancarem campanhas eleitorais milionárias, sem falar nos investimentos privados à geração de empregos.

Em síntese, um acúmulo de contradições, produto do desenvolvimento/aprofundamento das características centrais apontadas pelos clássicos, especialmente Hilferding e Lênin. O imperialismo de sempre, se quisermos “na sua fase superior”, para cuja compreensão o livro de Virgínia Fontes contribui muito. Todavia os estudiosos do imperialismo ainda precisam se ocupar mais da dimensão política, sobre a qual quem mais avançou foi o próprio Lênin, embora tenha lamentado a ausência da política no seu conhecido texto *Imperialismo: fase superior do capitalismo*.

Texto no qual Lênin aponta à diferenciação intraburguesa, com o capital financeiro destacando-se dos demais tipos de capital (ou a oligarquia financeira destacando-se das demais frações burguesas), aborda as relações entre os Estados usurários e os dependentes, a influência do capital financeiro sobre os Estados em geral e ainda destaca que, no aspecto político, o imperialismo é uma tendência para a violência e para a reação – o que não tem nada a ver com a fase da acumulação primitiva.

Recebido em 2013-05-04
Publicado em 2013-07-06



* **ANGELITA MATOS SOUZA** é Doutora em Economia pelo IE/Unicamp. Professora junto ao DEPLAN/IGCE, UNESP de Rio Claro.